

DO ENSINO BÁSICO AO *STRICTO SENSU*: UM RELATO DA PESQUISA E ENSINO NO NORTE DE MATO GROSSO EM CONSONÂNCIA COM LEI 10.639/2003

FROM BASIC EDUCATION TO STRICTO SENSU: A REPORT OF RESEARCH AND TEACHING IN NORTH OF MATO GROSSO IN ACCORDANCE WITH 10.639/2003 LAW

Antonio Aparecido Mantovani¹, Genivaldo Rodrigues Sobrinho²

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop (UNEMAT). Sinop, MT – Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-7353-4183>

amantovani@unemat.br

² Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop (UNEMAT). Sinop, MT – Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-1645-861X>

genivaldosobrinho@unemat.br

Recebido em 15 fev. 2022

Aceito em 10 maio 2022

Resumo: Este texto tem por objetivo principal apresentar uma reflexão a partir de alguns levantamentos sobre a aplicabilidade e recepção da lei 10.639/2003, em seus 20 anos de existência, sobre o trabalho dos professores, a busca por capacitação e a recepção dos alunos com atividades desenvolvidas que contemplam a pesquisa e o ensino com ênfase nas literaturas africanas de Língua Portuguesa, na literatura afro-brasileira e indígena. Para isto, elaborou-se um questionário, encaminhado a estudantes da graduação e pós-graduação, a gestores da educação, e a professores para se averiguar como esses estudantes e profissionais constatarem a aplicabilidade da lei nas escolas e universidades onde atuam ou estudam. Fez-se também um levantamento a respeito das dissertações de mestrado da Unemat, Campus de Sinop, elaboradas nos programas de mestrado do PPGLetras, com quatro turmas entre 2016 e 2020, e cinco turmas do ProfLetras, entre 2015 e 2021, e uma análise sobre os trabalhos de pesquisa e aplicação em sala, referentes aos temas aqui em tese. Por fim, este trabalho traz uma síntese das atividades pedagógicas, e das estratégias desenvolvidas ao longo delas, e dos produtos gerados pelos educandos em três sequências didáticas de projetos de pesquisa e intervenção de mestrands do ProfLetras no Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Lei 10.639. Literaturas africanas de língua portuguesa. Literatura afro-brasileira. Literatura indígena. Ensino Fundamental.

Abstract: The main purpose of this paper is to present a reflection based on some surveys on the 10.639/2003 law applicability and reception, in its 20 years of existence, about teachers' works, search for training and students' reception for developed activities that include research and teaching with an emphasis on African literatures in Portuguese, Afro-Brazilian and Indigenous literature. For this, a questionnaire was prepared, sent to undergraduate and graduate students, education managers and teachers to find out how these students and professionals see the law applicability at schools and universities where they work or study. A survey was also carried out on the master's dissertations prepared in the master's programs of UNEMAT Sinop Campus. PPGLetras, with four groups from 2016 to 2020, and five groups of ProfLetras from 2015 to 2021, and an analysis of research and application in classroom, referring to themes here in discussion. At last, this paper brings a synthesis of pedagogical activities and strategies developed throughout them, and the generated products by students in three didactic sequences of research and intervention projects of Master's students of ProfLetras in Elementary School.

Keywords: Law 10.639. African literatures in Portuguese. Afro-Brazilian literature. Indigenous literature. Elementary School.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propõe-se uma reflexão sobre a pesquisa e o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa, afro-brasileira e indígena a partir da 10.639/2003 (Lei ordinária 11.645/08), bem como esta tem sido instrumento de combate ao preconceito.

Não se pode desconhecer a presença, nos livros didáticos, de elementos culturais africanos e indígenas sem maior profundidade, e ainda há poucos trabalhos diante de uma literatura cujo cânone eurocêntrico persiste nos principais textos trabalhados.

Ao longo deste texto procuramos verificar como estão os trabalhos dos professores em sala de aula, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e aplicação em sala de aula e, inclusive da comunidade externa à escola, em relação à lei 10.639/2003. Para isso, a princípio, elaboramos um questionário no *Google Forms* e encaminhamos a professores do ensino fundamental, médio e universitário do ensino público e privado, assim como aos mestrandos e egressos dos programas de mestrados ProFLetras e PPGLetras da Unemat, *campus* de Sinop.

Para compreendermos como estão as pesquisas acerca da área em tese na pós-graduação, consultamos as dissertações defendidas em quatro turma do PPGLetras, mencionado acima, e constatamos que das 35 dissertações de literatura, concluídas, 18 versam sobre a temática da lei 10.639. Também verificamos um número significativo de trabalhos de pesquisa, aplicação em sala de aula do Mestrado Profissional (PROFLETRAS), dos quais selecionamos três, aqui relatados.

DO QUESTIONÁRIO ÀS PESQUISAS DESENVOLVIDAS

Perguntamos se os entrevistados constataram projetos de intervenção voltados à diversidade étnica em suas escolas e comunidades que contemplassem as literaturas africanas de língua portuguesa, as literaturas afro-

brasileira e indígena. As respostas, em sua maioria, dividiram-se entre o sim e o não. Alguns afirmaram que as literaturas africanas de língua portuguesa são discutidas apenas nas aulas de literatura, dependendo do professor. No entanto, alguns projetos foram citados como “O Coletivo Negras Mato-grossense”, que tem realizado várias atividades de leitura e conscientização das mulheres, mas também diversos projetos pedagógicos desenvolvidos, sobretudo, por egressos dos programas de mestrado ProfLetras e PPGLetras.

Sobre algumas ações destes projetos, foram mencionadas feiras de conhecimento, *lives*, palestras e conferências principalmente em instituições de ensino superior, como também o trabalho de professores do ensino fundamental e médio com sequências didáticas em sala de aula e a realização de varais de poesia e publicação de textos produzidos pelos alunos principalmente em meios digitais, como, por exemplo, *blogs*, e redes sociais *Instagram* e *Facebook*.

Perguntamos também se constatarem na comunidade escolar o recebimento de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos em consonância com a lei em tese. As respostas foram que poucas vezes, e que os recursos dos editais, quando públicos, não eram especificamente voltados à temática consoante a lei 10.639.

Ao indagarmos sobre qual o lugar que as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e/ou Literatura Afro-brasileira ocupam na sala de aula, e se os professores têm buscado algum curso de capacitação nessa área? Em sua maioria, responderam que estas literaturas são pouco trabalhadas, que muitos professores ainda não demonstram interesse pelo trabalho e que a maior parte dos trabalhos com estas literaturas são insatisfatórios. Acerca da busca, ou não, dos professores por cursos de capacitação, as respostas da mesma forma apontaram que muitos professores buscaram se capacitar, outros não. Os que confirmaram a busca pela capacitação mencionaram a procura por cursos de mestrado, palestras e minicursos em eventos como colóquios, encontros, congressos e, inclusive, materiais disponíveis na internet.

Questionou-se também se verificaram a presença de elementos culturais africanos nos textos que circulam na sala de aula. Algumas respostas foram que não constatarem diferenças significativas nos livros didáticos, porém muitos responderam afirmativamente, que alguns autores e textos africanos e afro-

brasileiros surgem com mais constância nos livros didáticos, mas distante do desejado.

Sobre se as escolas têm adquirido ou recebido obras literárias ou outras referências bibliográficas voltadas a esse tema em discussão, e se os professores têm trabalhado com esta temática em sala de aula, em sua maioria as respostas foram afirmativas, mas que a maior constatação tem sido na universidade pública. Lembraram também que apesar do acervo disponível na internet, a maioria dos trabalhos são desenvolvidos nas universidades. Um professor lembrou que na escola em que lecionou em 2021, houve um evento nos Dia das Bruxas, mas nenhum trabalho no Dia da Consciência Negra.

Ainda, no que diz respeito ao acesso às novas tecnologias, cada vez com mais materiais disponibilizados na *web*, e se verificaram um envolvimento maior por parte da comunidade escolar tanto na disponibilização destes materiais quanto ao trabalho com os alunos, contemplando a lei 10.639, as respostas se dividiram entre o sim e o não. Houve quem mencionou que a tecnologia contribui na disponibilização destes materiais, mas que ainda há poucos autores das literaturas africanas que aderiram ao formato digital (*Kindle* e outros); e que as obras em formato físico geralmente são caras devido às taxas de importação, o que dificulta seu acesso quando não publicadas no Brasil.

Também se perguntou se a área da literatura, compreendida como estudos de linguagem, tem sido tratada com relevância, ou algo à parte com ênfase à linguística e à língua estrangeira. Apesar de alguns retornos afirmativos, muitas respostas foram desanimadoras. Para alguns, muitos professores não priorizam o trabalho com o texto literário e, inclusive até na universidade têm notado uma diminuição de monografias em estudos literários, na graduação, perdendo espaço para a área de linguística. Que, com o desaparecimento da literatura enquanto disciplina no ensino médio, seu trabalho acaba ficando a critério do gosto e do bom senso do professor de Língua Portuguesa, uma vez que, como se disse, a literatura aparece nos estudos de linguagem, associada à disciplina de Língua Portuguesa.

Houve quem ressaltasse que a falta de formação de muitos professores para trabalhar com a literatura é visível nas escolas, que nas séries iniciais geralmente o professor é um pedagogo. E que o trabalho com uma obra literária,

infelizmente ainda se resume em responder um questionário ou fazer um resumo da obra lida. Atividades desmotivadoras que levam a criança ao desinteresse pelo texto literário e comprometem a formação de um aluno leitor, sensível e consciente.

Ressalta-se que o maior número de trabalhos de pesquisa ocorreu no Mestrado Acadêmico, PPGLetras. Foram analisadas quatro turmas entre 2016 e 2020. Neste período, foram defendidas 80 dissertações de mestrado, 45 na área de linguística e 35 em literatura. Como nosso interesse neste trabalho volta-se à literatura, nossa atenção voltou-se aos trabalhos de literatura, sem desconhecer que em linguística também houve diversas pesquisas sobre as temáticas aqui em tese.

Consideramos significativo o número de trabalhos que contemplam a lei 10.639, uma vez que das 35 pesquisas concluídas, 18 delas contemplaram a lei, ou seja, mais de cinquenta por cento, que dividimos para este trabalho, em três temáticas predominantes: 07 dissertações abordaram a Literatura afro-brasileira, 06 sobre a literatura de autoria indígena, e 05 voltaram-se às literaturas africanas de língua portuguesa. As últimas subdivididas em dois trabalhos sobre a literatura cabo-verdiana, os romances *Xaguate* (1987), de Henrique Teixeira de Souza, e *Cisne branco* (2017), de Evel Rocha; sobre a literatura moçambicana, os romances *Terra sonâmbula* (2015) de Mia Couto e *Niketchê: uma história de poligamia* (2004), de Paulínia Chiziane; e sobre a literatura angolana, o romance *As mulheres do meu pai* (2007), do escritor José Eduardo Agualusa.

Quanto às dissertações acerca da literatura indígena, os estudos se voltaram grandemente à autoria indígena, à indianidade, aos mitos e à decolonialidade, principalmente nas obras *A queda do céu: palavras de um Xamã yanomami* (2010), de Davi Kopenawa Yanomami e Bruce Albert, e os romances *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem e a cultura brasileira* (2009), *Outras tantas histórias indígenas de origem das coisas e do universo* (2008), e *Como surgiu: Mitos indígenas brasileiros* (2011), de Daniel Munduruku.

Enfim, no que se refere à literatura afro-brasileira, as pesquisas voltaram principalmente sobre a literatura infantil negra, às heroínas negras brasileiras, à representação do negro na literatura infantil, ao racismo e ao antirracismo, ao mito e a poesia com abordagem à mulher negra, bem como à literatura infantil e

juvenil de temática africana. Pesquisou-se também a poesia em obras da poetisa mato-grossense Luciene Carvalho. Esta autora foi a primeira mulher negra a tomar posse na Academia Mato-grossense de Letras.

Pelo ProfLetras da Unemat/Sinop, destacamos aqui três trabalhos de pesquisa e aplicação em sala de aula. Dois da primeira turma com início 2014, e um da sexta turma, defendido em 2021. A mestranda Elen Cristina Freire, desenvolveu o projeto *Letramento Literário: A literatura africana e as novas tecnologias* entre 2014 e 2015. Para este trabalho, a mestranda desenvolveu uma sequência básica, de Rildo Cosson, com cinco turmas de terceira fase de terceiro ciclo no período matutino da Escola Estadual Virgílio Corrêa Filho, de Nova Mutum, MT.

O trabalho teve como objetivo desenvolver atividades para aprimorar a leitura e a escrita com enfoque no letramento literário a partir da literatura africana de língua portuguesa, a partir de contos de Mia Couto com ênfase em “O mendigo Sexta-Feira jogando no mundial” de *O fio das missangas* (2014), e *A menina sem palavras* (2013a), do mesmo autor, trabalho este em consonância com a lei 10.639.

A princípio, o título do conto “O mendigo Sexta-Feira jogando no mundial”, chamou a atenção dos alunos, por pensarem que se trata de uma partida de futebol, e com uma controvérsia, um mendigo jogando num mundial, no entanto, a temática volta-se ao social. Antes da leitura, porém, a professora-pesquisadora desenvolveu uma série de atividades para a motivação da leitura, bem como para apresentar Moçambique, sua história e cultura, a guerra colonial, as condições de segregação racial e social, nossas raízes vindas dos países africanos, assim como o diálogo cultural entre o Brasil e o país africano.

Feita a leitura, a mestranda optou pela discussão dos aspectos sociais, raciais, políticos e culturais, com ênfase na análise literária. Foram realizadas várias atividades no laboratório de informática com pesquisas sobre Moçambique e sobre a obra de Mia Couto, e estudos sobre hipercontos, inclusive com a produção de oficinas a partir dos materiais disponibilizados por Marcelo Spalding (2010). Trabalho que culminou na produção e publicação de hipercontos numa página do *Facebook*.

Destacamos mais detalhadamente, também da turma 2014, com defesa em 2015, o trabalho de pesquisa e intervenção *Hiperconto: a releitura de contos como motivação para o letramento literário*, realizado pela professora e mestranda Elaine Xavier Babinski.

Nesse trabalho, entre outras dificuldades, a mestranda se deparou com a falta de disponibilização de materiais sobre a cultura e produções africanas na escola e nas bibliotecas consultadas. Verificou que alunos e professores têm pouco contato com obras africanas de língua portuguesa, sem desconhecer que com as novas tecnologias, cada vez mais, muitos materiais estão se tornando acessíveis.

Verificou-se que ainda se constata o *bullying*, e sensação de inferioridade em sala de aula, voltados à cor da pele e mesmo em relação ao poder de compra, numa região onde a maioria é composta por brancos com melhores condições econômicas. O preconceito também está presente em virtude do peso, da altura e do modo de se vestir, mas o preconceito racial é o que mais constrange os alunos que trazem consigo a história da exploração sofrida pela população negra no Brasil que não terminou com o fim da escravidão.

Também se constatou que para os alunos, o que se ensina nas escolas muitas vezes são conceitos equivocados. Muitos alunos entendem que a palavra escravo nomeia o africano, um ser passivo que aceitou a submissão, que se submeteu à condição de escravizado, um trabalho forçado, desconhecendo a luta dos negros e a resistência quando a violência era a regra. Quando se discutiu acerca do trabalho escravizado na atualidade, mesmo para brancos, muitos afirmaram desconhecê-lo. No tange ao papel da escola e sua função social a este respeito, a pesquisadora Ivone Jesus Alexandre (2011, p. 89) afirma que:

A escola tem papel fundamental na formação humana, nela se encontra crianças de diferentes origens e diferentes segmentos sociais. No entanto, o quadro das relações raciais no Brasil, mostra que a escola não está cumprindo sua função social no que se refere às relações étnico-raciais. (...) o espaço escolar tem sido hostil com crianças caracterizadas como diferentes.

O que se presenciou nas salas de aula confirma o excerto acima. A inclusão de todos os alunos é papel da escola, no entanto, pouco se estuda sobre a

cultura africana e indígena. E quando se discute, geralmente é de forma superficial e descontextualizada.

A implantação da lei 10.639/2003 possibilitou mudança nas diretrizes curriculares acerca do estudo da história, da cultura afro-brasileira e africana, todavia a inclusão do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana ainda deixa a desejar em muitas escolas como foi constatado. A valorização da cultura africana, afro-brasileira e indígena está muito aquém do que se esperava com a implantação da referida lei. Muitas escolas não demonstram aos estudantes a importância do trabalho do negro na construção da história, do desenvolvimento do país. A cultura africana, afro-brasileira e indígena ainda fica renegada a um segundo plano.

Infelizmente, para muitos esta temática se resume a Zumbi dos Palmares, data lembrada em 20 de novembro, dia em que homenagens lembram sua morte. Sem desconhecer que muitos questionam sua relevância e intenções com histórias sem procedência, desconhecendo sérios estudos nos terrenos da sociologia, da história e da antropologia, e atualmente ganhando muita relevância também nos estudos literários. Estes são fundamentais para a formação do leitor como lembra Candido em *A literatura e formação do homem* (2002).

De acordo com Elaine Xavier (2015), as atividades voltadas ao pedagógico sobre questões raciais ainda ficam a critério do professor que assume esta postura política, e mesmo sua capacitação fica a seu critério, muitas vezes com pouco apoio das secretarias de educação, sem desconhecer que muitos professores se mostram sensíveis e abertos à busca de práticas pedagógicas para trabalhar a diversidade étnico-racial na escola. A lei 10.639 tem motivado muitos educadores a práticas que antes ficavam voltadas quase que exclusivamente ao Movimento Negro, a intelectuais e pesquisadores geralmente na pós-graduação. Historicamente, o trabalho com africanidades no Brasil, bem como o diálogo a respeito da pedagogia multirracial e popular e a pedagogia escolar não tem sido fácil. Nilma Gomes (2010 p. 112) argumenta que:

Somente nos finais dos anos 80 e 90, no Brasil, redes de ensino, sobretudo municipais, e coletivos docentes tentam trazer as contribuições da pedagogia popular para o sistema escolar. Nesse processo, o movimento negro, intelectuais e educadores encontram no sistema escolar um campo privilegiado de intervenções, sobretudo nas instituições

públicas populares onde a diversidade étnico-racial é mais presente e desafiante. Dificilmente a professora e o professor, a direção e a coordenação podem ignorar que preparam aulas, administram projetos educativos em um diálogo com crianças e adolescentes, jovens e adultos que carregam a diversidade étnico-racial para as aprendizagens, a socialização e a formação, para os convívios nas salas de aula e nas escolas. Os avanços, ainda que tensos, no reconhecimento da diversidade étnico-racial, por parte do pensamento educacional, das políticas, dos currículos e didáticas, da coordenação e da docência talvez sejam um dos elementos mais instigantes para o repensar e o fazer educativos no sistema escolar.

O trabalho de inclusão social e étnico-racial encontra na escola um espaço privilegiado de intervenções como afirma a autora, sem desconhecer que muitas atividades podem, e devem, ser feitas fora do espaço escolar. Na escola, não basta reformular currículos, introduzir novas didáticas e propostas pedagógicas que buscam promover efetivamente a concretização da lei nº 10.639 sem o engajamento dos professores. Nilma Gomes (2010) lembra que a escola tem sido reguladora dos diferentes, dos culturalmente marginalizados, e que a estrutura do estado tem estado a esse serviço. Para ela,

Neste quadro o diálogo não será fácil. Será tenso e marcado por fortes resistências a renunciar esse papel regulador e assumir um papel emancipatório. Este é um dos pontos mais tensos nas tentativas de um diálogo entre as pedagogias escolares e a pedagogia popular, multirracial: a tensão entre regulação e emancipação (GOMES, 2010, p. 119).

Segundo a autora, a escola precisa deixar de ser um papel regulador, parte do estado, e assumir seu protagonismo com um papel emancipatório. Ela pode fazer do aluno um protagonista ou apenas um coadjuvante num processo de formação de um sistema regulado que acaba por excluir o diferente e legitimar estereótipos e pensamentos preconceituosos. Cabe à escola promover o letramento crítico, a formação do aluno leitor. Na literatura, ela dispõe de um arcabouço de obras literárias que podem por si, formar um aluno passivo ou um leitor crítico, sensível ao mundo ao seu redor. O papel do professor e da escola é preponderante, fundamental nessa formação.

Antes da aplicação de uma sequência didática, a mestrande Elaine Xavier Lima Babinski, para conhecer melhor o que os alunos sabiam sobre a África, aplicou um questionário aos alunos. O trabalho foi realizado com alunos da terceira fase do terceiro ciclo da Escola Estadual José Domingos Fraga, de Sorriso, município localizado a 420 km de Cuiabá, a da capital do estado de Mato Grosso. Buscou saber também como as escolas trabalhavam a literatura, qual abordagem era dada aos conflitos étnico-raciais em sala de aula, e foi feita uma

análise minuciosa do material didático de língua portuguesa utilizado na escola, e se eles contemplavam a 10.639/2003.

A respeito do livro adotado pela escola, verificou-se que este ainda está distante de contemplar a lei, sobretudo, pela ausência de textos literários africanos, sem desconhecer que o livro didático ainda é o principal recurso didático pedagógico principalmente nas séries iniciais. Buscando contemplar a lei, muitas vezes o foco principal se volta a discutir o preconceito racial, frases preconceituosas e mesmo sobre o racismo estrutural, as principais dificuldades enfrentadas pela população negra no Brasil, a discriminação no trabalho sofrida pelas pessoas que se auto atribuem da cor preta ou parda, mas há um silenciamento sobre estudos voltados à cultura africana, e acabam não contemplando as marcas históricas e culturais de modo “afirmativo” aos estudantes, de certa forma, deixando apenas ao professor o cuidado em não reforçar estereótipos e preconceitos.

O questionário, aplicado antes do início das atividades da sequência didática, buscava fazer um diagnóstico acerca dos alunos com algumas perguntas de conhecimentos gerais a respeito do continente africano, cujo objetivo era verificar o que eles sabiam do continente, com ênfase na sua cultura, cujos resultados contribuiriam para o direcionamento das atividades.

Buscou-se saber qual a primeira imagem que vinha a eles sobre o continente africano, e se conheciam algum país na África em que o português fosse a sua língua oficial, bem como algum escritor africano.

Sobre a primeira imagem dos países africanos que veio à memória, a maioria dos alunos associou a África a sérios problemas, como, por exemplo, a violência, a pobreza, a fome e a falta de moradia. Para eles, a África é um lugar violento e atrasado que necessita de ajuda humanitária. Associaram também ao atraso, ao deserto, às savanas e aos animais, com um imaginário africano marcado pelo exotismo.

No que diz respeito à ajuda humanitária, Maria Paula Guttierrez Meneses (2010, p. 72) nos lembra que

(...) antes os africanos eram os preguiçosos sem saberes, hoje a África negra é o continente atrasado, necessitando de ajuda internacional econômica e científica do Ocidente para se firmar no espaço mundo. (...) A persistência da colonização epistêmica,

de um universalismo monista na observação e interpretação do mundo reafirma a necessidade de continuar a lutar pela descolonização do saber e das representações.

Conforme a autora, o olhar que se tem do continente africano pouco mudou. Se antes os africanos eram vistos como preguiçosos e incultos. Hoje a África continua um continente atrasado que necessita de ajuda internacional, que não é capaz de resolver seus problemas.

Sobre se haveria na África, países que o português fosse sua língua oficial, a maioria dos alunos afirmou desconhecer. E se conheciam algum escritor africano, nenhum deles soube responder. No Ensino Fundamental, além dos alunos desconhecerem os escritores africanos, sobretudo, na literatura infantil e juvenil, por muito tempo o negro ficou invisível em suas histórias, e quando aparecia, sempre como um personagem pobre, serviçal e até ladrão. Este olhar negativo marcou gerações sem uma produção cultural, aqui em tese, a literatura não trazia uma identidade positiva do negro, marcado por estereótipos negativos.

Após o diagnóstico feito com os alunos, o segundo momento se voltou a apresentar a África, com ênfase nos países que falam o português, por meio de vídeos, alguns disponíveis no *YouTube*, apresentando suas riquezas, a importância da cultura africana para o Brasil e sua presença em nosso cotidiano.

Com relação ao trabalho com o texto literário africano, por meio de uma sequência expandida, sistematizada por Rildo Cosson (2012), trabalhou-se primeiramente com o conto “Passei por um sonho”, de José Eduardo Agualusa (2005), em que se discutiu, entre outros, a composição do conto, o espírito dos homens, a colonização e a independência de Angola. Trabalhou-se também com a novela *Quem me dera ser onda* (2005), de Manuel Rui. Com os contos “Um menino que escrevia versos” de *O fio das missangas* (2014) e “O dia que explodiu Mabata – bata”, da coletânea *Vozes anoitecidas* (2013b), de Mia Couto, com os contos “Nós choramos pelo cão tihoso” (2007b) e “O bigode do professor de Geografia” (2007a), de Ondjaki, também com o conto “A menina Vitória” (1981), de Arnaldo Santos. Estes dois últimos voltados a uma temática escolar, que gerou bastantes discussões entre os alunos com foco na relação professor e aluno e a realidade em sala de aula. O primeiro causou grande indignação a eles pela percepção do *bullying*, a violência verbal para com os

personagens Matoso e Gigi, o preconceito da professora com os alunos em condições desfavoráveis, e a negação de sua própria cor para estar a serviço do branco.

Enquanto atividades a partir da leitura dos contos, trabalhou-se com os alunos textos multimodais desde o início da sequência, na sala de informática, onde produziram retratos a partir das personagens, reproduziram contos lidos atribuindo outros finais, bem como hipercontos.

Ao concluir seu trabalho, a professora e pesquisadora Eliane Xavier Lima Babinski desenvolveu o interesse e o gosto dos alunos pelas literaturas africanas de língua portuguesa. Antes afirmavam desconhecer autores e obras da literatura africana, do diálogo entre o Brasil e a África, além de possuírem um olhar estereotipado e preconceituoso. Ao fim do projeto, acabaram por se encantar pela história, cultura e pelas obras literárias lidas e trabalhadas. Interagiram e demonstraram grande interesse pelos textos lidos, sem desconhecer a ressignificação pela literatura digital. Também constataram problemas parecidos com os africanos, na própria escola e comunidade onde vivem. Problemas que até então passavam despercebidos por eles. Nesse sentido, lembramos Antonio Candido (2002, p. 89-90), quando este autor aponta que o leitor nivela à personagem e “se sente participante de uma humanidade que é a sua, e desse modo, pronto para incorporar à sua experiência humana mais profunda o que o escritor lhe oferece como visão da realidade”. Ou seja, a literatura forma e humaniza o homem, torna-o mais sensível e crítico à realidade que o cerca.

Por fim, enfatizamos neste relato também a dissertação produzida pela professora-mestranda Jacinaila Louriana Ferreira, intitulada “*Quarto de despejo*: temáticas atemporais para sala de aula”, sob a orientação do professor Genivaldo Rodrigues Sobrinho. Este trabalho de pesquisa e aplicação, concluído com a escrita da dissertação, foi desenvolvido entre 2019 e 2021, período impactado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Diferentemente dos outros dois trabalhos relatados, o projeto de intervenção foi aplicado de forma remota em virtude da pandemia, numa turma do nono ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Professora Zeni Vieira, localizada na cidade de Sinop/MT a 500 km ao norte da capital Cuiabá. A

instituição funciona nos períodos diurnos e trabalha com alunos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, vindos de bairros e chácaras em seu entorno. Objetivou-se trabalhar temas da literatura, considerando aspectos sociais e do cotidiano do alunado. Para isso, foi trabalhada a obra *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (2014), de Carolina Maria de Jesus, como ponto de partida para a construção de sentidos na produção textual e valorização do contexto em que cada aluno se insere.

A partir da leitura da obra literária, a professora organizou um conjunto de *lives*, que contou com a participação de diversos estudiosos da produção literária de Carolina Maria de Jesus. O objetivo principal da realização dos encontros remotos por meio do *Google Meet* foi ampliar os horizontes de leitura dos alunos do nono ano. Dessa forma, eles tiveram a oportunidade de conhecer diferentes perspectivas de leitura desenvolvidas por professores-pesquisadores de diferentes regiões do Brasil, como, por exemplo, a professora doutora Raffaella Fernandez, considerada uma das maiores especialistas na obra de Carolina Maria de Jesus.

Explorando as possibilidades que a tecnologia nos proporciona, Jacinaila Louriana Ferreira conseguiu trazer para os seus alunos, por meio do *Google Meet*, a filha da autora, a também professora de língua portuguesa Vera Eunice de Jesus Lima, conhecida pelos alunos participantes da pesquisa por meio da leitura da obra *Quarto de despejo* (2014). A participação da personagem viva foi um dos pontos culminantes do projeto, uma vez que Vera Eunice ministrou uma relevante palestra, contando detalhes inéditos acerca da sua vida e da vida e obra de sua mãe.

Considerou-se como essencial para a realização da pesquisa, o contexto atual em que se valoriza a imagem. Concomitante ao desenvolvimento do projeto de intervenção, foi realizado um trabalho com fotografias do dia a dia dos alunos, para mostrar aspectos dos textos não verbais na construção dos significados, a partir de temáticas atemporais presentes no livro, entre elas, o preconceito, a desigualdade social, a fome, a miséria e a denúncia social.

A professora-pesquisadora e seus alunos criaram um perfil na rede social *Instagram*, para que houvesse a publicação das fotografias, que eram postadas tendo como legenda excertos de *Quarto de despejo* (2014). A ideia era levar as

peessoas que acessassem o perfil a interagir com os alunos, comentando acerca da correlação entre foto e os excertos da obra literária. Com efeito, o resultado desse processo de construção textual, formação do leitor literário e produtor de texto foi o protagonismo dos participantes do projeto.

Considerando-se que uma das premissas do ProfLetras é levar o professor-mestrando a promover inovação em sua forma de atuar em sala de aula, todos que ingressam no programa precisam apresentar um produto ao concluir os 24 meses do curso. A professora Jacinaila finalizou a sua dissertação e publicou um livro com textos e fotografias produzidos pelos sujeitos envolvidos na realização da pesquisa. O livro traz como título *Diário de uma turma nota 10: @alunosescritores* (2021).

Em virtude da adesão à causa e para contribuir para a diminuição do preconceito em relação à população negra, os alunos, ao descobrirem que o lenço usado na fotografia da primeira edição da capa de *Quarto de despejo* (2014) é um símbolo intrinsecamente atrelado ao fato de Carolina Maria de Jesus ter vivido por um tempo em uma favela da cidade de São Paulo, decidiram reelaborá-la artisticamente.

Para isso, contou-se com a participação, numa *live*, da artista plástica Paty Wolf, uma mulher negra que vive em Cuiabá, e leitora assídua da obra de Carolina Maria de Jesus. A artista fez uma tela, releitura da fotografia constante da primeira edição da obra, que acabou sendo escolhida como a capa do produto final desenvolvido com os alunos.

CONCLUSÃO

Como vimos ao longo desse texto, sobre a aplicação da lei 10.639/2003, ainda que o trabalho com as literaturas africanas de língua portuguesa, indígena e afro-brasileira não contemplem o desejado, não se pode negar que a lei proporcionou uma visibilidade maior em torno da história e da cultura, sobretudo, da literatura africana de língua portuguesa, afro-brasileira e indígena. E que muitas universidades estão assumindo seu papel na pesquisa, na formação e na atuação de docentes nesta área. Que, se há muito o que se fazer, também não se pode desconhecer que muitos professores, em todos os níveis de formação,

estão desenvolvendo bons trabalhos em sala de aula para a valorização dessas culturas e despertando nos alunos, não apenas o interesse pela leitura e produção de textos, mas também desenvolvendo uma maior tolerância, respeito e valorização da história e da cultura do afro-brasileira e indígena, com suas marcas profundas nas raízes brasileiras. O trabalho com o texto literário é um caminho promissor para a valorização e a aceitação do outro. Como lembra Antonio Candido (2002), a literatura humaniza com indiscriminada riqueza, em sentido profundo porque faz viver.

REFERÊNCIAS

AGUALUSA, J. E. **Manual prático de levitação**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

ALEXANDRE, I. J. A formação de professores e a educação para as relações étnico-raciais. In: STRAUB, I. **EAD: tecnologia pedagógica e formação continuada**. Sinop: Editora da UNEMAT, 2011, p. 89.

BABINSKI, E. X. L. **Hiperconto**: a releitura de contos africanos como motivação para o letramento literário. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação Profissional em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, 2015. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/profLetrasSINOP/tccs/elaine_xavier_lima_babinski_antonio_aparecido_mantovani_hiperconto_a_releitura_de_contos_africanos_como_motivacao_para_o_letramento_literario_2015.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm#art79a. Acesso em: 20 set. 2013.

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. In: CANDIDO, A. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades, 2002, p. 89-90.

CHIZIANE, P. **Niketche**: uma história de poligamia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COSSON, R. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2. ed., 2012.

COUTO, M. **A menina sem palavras**: Histórias de Mia Couto. São Paulo: Boa Companhia, 2013a.

COUTO, M. **Vozes anoitecidas**: Contos. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.

COUTO, M. **O fio das missangas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COUTO, M. **Terra sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras, 1. ed. 2015.

FERRREIRA, J. L. **Quarto de despejo**: temáticas atemporais para a sala de aula. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Mestrado Profissional em Letras, Universidade do Estado do Mato Grosso, Sinop, 2021.

FERREIRA, J. L. (Org.) **Diário de uma turma nota 10: @alunosescritores**. Sinop: Ed. Monólito, 2021.

FREIRE, E. C. **Letramento literário**: a literatura africana e as novas tecnologias. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação Profissional em Letras, Universidade do Estado do Mato Grosso, Sinop, 2015. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/profLetrasSINOP/tccs/elen_cristina_freire_antonio_aparecido_mantovani_letramento_literario_a_literatura_africana_e_as_novas_tecnologias_2015.pdf. Acesso em: 20 maio 2022

GOMES, N. L. (org.). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 1. ed., 1. reimp., 2010, p. 112-119.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 10. ed., 2014.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: Palavras de um xamã Yanomani. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MENESES, M. P. G. Os espaços criados pelas palavras: racismos, etnicidades e o encontro colonial. In: GOMES, N. L. (org.). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 1. ed., 1. reimp., 2010, p. 72.

MUNDURUKU, D. **Outras tantas histórias indígenas de origem das coisas e do universo**. São Paulo: Global, 2008.

MUNDURUKU, D. **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem da cultura brasileira. São Paulo: Global, 2009.

MUNDURUKU, D. **Como surgiu:** mitos indígenas brasileiros. São Paulo: Callis Ed., 2011.

ONDJAKI. O bigode do professor de geografia. *In: Os da minha rua*. Lisboa: Editorial Caminho, 2007a.

ONDJAKI. Nós choramos pelo cão tihoso. *In: Os da minha rua*. Lisboa: Editorial Caminho, 2007b.

ROCHA, E. **Cisne branco**. Lisboa: Rosa de Porcelana, 2017.

RUI, M. **Quem me dera ser Onda**. Rio de Janeiro: Gryphus; Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 2005. (Coleção Identidades).

SANTOS, A. A menina Vitória. *In: SANTOS, A. Kinaxixe e outras prosas*. São Paulo: Ática, 1981.

SOUZA, H. T. de. **Xaguete**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1987.

SPALDING, M. O hiperconto e a literatura digital. **Digestivo Cultural**. Porto Alegre, 8 abril 2010. Disponível em: http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=3034&titulo=O_hiperconto_e_a_literatura_digital. Acesso em: 02 out. 2014.

Sobre os autores

Antonio Aparecido Mantovani

Doutor (2010) e mestre (2002) em Estudos Comparados em Literaturas de Língua Portuguesa pela USP, especialista (1995) em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, e graduado em Letras (1987) pela Universidade Paranaense de Umuarama. Participa como coordenador do projeto de pesquisa “INTESECCIONALIDADES: a condição da mulher em narrativas de autoras brasileiras e africanas em língua portuguesa da atualidade”. É professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat/Sinop), atua no programa de mestrado profissional PROFLETRAS/Sinop e no mestrado acadêmico PPGLETRAS.

Genivaldo Rodrigues Sobrinho

Possui doutorado (2010) e mestrado (2002) em Letras, pela Universidade de São Paulo - USP e graduação em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1994). É professor titular do Curso de Letras da UNEMAT – Campus de Sinop. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Inglesa e literaturas africanas de língua portuguesa. Coordena o PROFLETRAS – Unidade do Campus Universitário de Sinop, membro permanente do corpo docente do PPGLetras – Programa de Pós-Graduação em Letras do Campus Universitário de Sinop. Integra o Conselho Gestor do PROFLETRAS Nacional, como representante da Região Centro-Oeste.